



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ENSINO DE HISTÓRIA: VALORIZANDO A IDENTIDADE NEGRA NO CONTEXTO MARANHENSE

Elisandra Cantanhede Ribeiro¹

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o ensino de História no Brasil, com foco especial na cidade de São Luís do Maranhão, e sua relação com a construção da identidade negra. Através de uma abordagem teórico-metodológica fundamentada nos estudos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Anderson Oliva, Beatriz Nascimento e demais nomes que possam discutir-se a importância da reformulação curricular como estratégia de resistência, pertencimento e valorização da população negra. Ao analisar práticas pedagógicas e conteúdos escolares, o artigo aponta caminhos para o fortalecimento de uma educação antirracista, capaz de promover o reconhecimento e a afirmação da história e cultura negra nas escolas. A metodologia utilizada envolveu revisão bibliográfica e análise documental. Como resultado, destaca-se a necessidade de reestruturação dos currículos escolares à luz da Lei 10.639/03, de forma crítica, emancipadora e comprometida com a justiça racial.

Palavras-chave: Ensino de História; Identidade Negra; Currículo; Educação Antirracista; São Luís do Maranhão.

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil tem desempenhado papel central na formação das identidades e das memórias coletivas. No entanto, por muito tempo, a narrativa histórica oficial privilegiou uma perspectiva eurocêntrica, silenciando ou marginalizando as contribuições e vivências dos povos africanos e afro-brasileiros. Nesse contexto, a construção da identidade negra tem sido sistematicamente invisibilizada, gerando consequências profundas na autoestima, no pertencimento e na valorização da população negra no espaço escolar e na sociedade em geral.

Esta educação carrega marcas profundas do processo histórico de colonização e racismo estrutural, refletidas na invisibilização das contribuições africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. Em São Luís do Maranhão, cidade marcada pela presença negra e resistência cultural, a ausência de uma abordagem efetiva da história negra nos conteúdos escolares contribui para o apagamento das identidades negras. Este artigo tem como objetivo analisar de que forma o ensino de História pode (re)construir uma pedagogia antirracista, valorizando a

¹Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História- História Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS/UFMA). E-mail: ecantanhederibeiro@gmail.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

identidade negra por meio do currículo. Parte-se do entendimento de que o espaço escolar é também um campo de disputa de memórias, representações e saberes, e que a reformulação curricular é essencial para o fortalecimento da autoestima e pertencimento de estudantes negros.

Considerando a importância da reformulação curricular como estratégia de resistência e afirmação, a pesquisa se fundamenta nos aportes teóricos de autoras e autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Anderson Oliva, Beatriz Nascimento e Elisandra C. Ribeiro, cujos trabalhos contribuem significativamente para a construção de uma pedagogia antirracista, crítica e transformadora. Ao analisar práticas pedagógicas e conteúdos escolares à luz da Lei 10.639/03, este estudo busca apontar caminhos para uma educação comprometida com a justiça racial, o reconhecimento das culturas afro-brasileiras e a valorização das identidades negras no ambiente educacional. A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica e análise documental, com o objetivo de contribuir para o debate sobre o papel da escola na superação do racismo estrutural e na promoção de uma sociedade mais equânime e plural.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e interpretativo, por considerar que este tipo de investigação é mais adequado à análise de fenômenos sociais e culturais que envolvem subjetividades, relações de poder e construções identitárias (MINAYO, 2001). Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa permite compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências, bem como analisar criticamente estruturas simbólicas e normativas, como o currículo escolar.

A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo: o ensino de História como espaço de disputa simbólica e reconstrução da identidade negra no contexto escolar, com ênfase na cidade de São Luís do Maranhão. Essa abordagem está alinhada aos objetivos da pesquisa, que busca compreender como os conteúdos e práticas pedagógicas podem contribuir para a valorização das culturas afro-brasileiras e o fortalecimento da autoestima de estudantes negros.

A metodologia da pesquisa baseou-se em duas técnicas principais: a revisão bibliográfica e a análise documental. De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica é essencial para a fundamentação teórica de uma investigação, pois permite o diálogo crítico com autores e autoras que já abordaram o tema. Assim, foram selecionadas obras fundamentais para



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

o debate sobre identidade negra, currículo e educação antirracista, especialmente os escritos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Anderson Oliva, Beatriz Nascimento.

Já a análise documental, conforme Gatti (2004), é um instrumento eficaz para interpretar textos legais, diretrizes e políticas públicas à luz de um referencial teórico. Neste estudo, foram examinados documentos oficiais como a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco específico nos trechos relativos ao ensino de História. O objetivo foi identificar tanto os avanços normativos quanto os limites e desafios ainda enfrentados para a efetivação de uma educação antirracista nas escolas brasileiras, especialmente no contexto maranhense.

Por meio dessa metodologia, pretende-se contribuir para o debate educacional ao evidenciar a urgência da reformulação curricular como ferramenta de resistência, justiça social e valorização das identidades negras no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identidade negra, conforme Kabengele Munanga (2004), constitui-se como uma construção histórica e social, forjada na resistência ao racismo e na valorização das ancestralidades africanas. No contexto escolar, essa identidade tem sido historicamente silenciada por currículos marcados pelo eurocentrismo e por uma narrativa única da história nacional. Esse cenário contribui para o apagamento das contribuições negras e o distanciamento dos estudantes negros em relação à sua própria trajetória histórica e cultural. Em São Luís do Maranhão, cidade com forte presença afrodescendente, essa exclusão adquire contornos ainda mais preocupantes, pois nega a relevância das comunidades quilombolas, dos terreiros e das expressões culturais negras locais como elementos constitutivos da identidade da cidade.

O currículo, nesse sentido, não pode ser compreendido apenas como um conjunto técnico de conteúdos, mas como uma construção política e simbólica. Beatriz Nascimento (2006) afirma que romper com as estruturas coloniais de ensino exige a recuperação das epistemologias negras, muitas vezes invisibilizadas no ambiente escolar. Nilma Lino Gomes (2017), ao propor uma “pedagogia das encruzilhadas”, aponta para a necessidade de articular saberes acadêmicos e populares, promovendo o diálogo entre a ciência, a oralidade e as vivências das comunidades negras. Essa perspectiva, quando aplicada no contexto maranhense,



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

demanda o reconhecimento das referências locais — como os quilombos urbanos, o tambor de crioula e o Bumba Meu Boi — como conteúdos legítimos para a prática pedagógica e a formação da identidade estudantil.

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), especialmente em seu Volume 2 para o Ensino Médio, avança nesse sentido ao reiterar os princípios constitucionais e da LDB, como a igualdade de condições para permanência na escola, o pluralismo de ideias e o respeito à liberdade (MARANHÃO, 2022, p. 9). Ainda que o DCTMA esteja alinhado à BNCC, ele propõe uma flexibilização curricular que permite aos docentes a construção de múltiplos arranjos pedagógicos. Esses arranjos, expressos nos itinerários formativos, oferecem possibilidades concretas de inserção de conteúdos afro-brasileiros, contribuindo para a valorização da identidade negra e para o reconhecimento das múltiplas experiências culturais e territoriais dos estudantes maranhenses.

A valorização da identidade negra no currículo está diretamente associada ao fortalecimento do sentimento de pertencimento e à formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história. Como destaca Beatriz Nascimento (2006), o corpo negro e o território simbólico representam espaços de resistência, que podem ser ressignificados por meio da educação. Nesse sentido, o ensino de História, ao incorporar as narrativas e experiências da população negra, tem o potencial de desconstruir estereótipos e reforçar os vínculos dos estudantes com suas origens, culturas e ancestralidades. Refletir sobre as vivências de mulheres negras em territórios periféricos — marcadas por lutas, dores, conquistas e saberes — é fundamental para a construção de uma pedagogia que legitime essas trajetórias como parte essencial do processo educativo. Incorporar tais abordagens ao cotidiano escolar contribui não apenas para o reconhecimento da diversidade, mas também para a construção de subjetividades negras fortalecidas e afirmadas positivamente.

A Lei 10.639/03 é um marco para a educação antirracista, mas sua efetivação ainda enfrenta resistências institucionais, revelando a persistência do racismo nas práticas escolares (OLIVA, 2012). Superar esses desafios exige formação continuada de docentes e produção de materiais didáticos contextualizados. O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) reforça essa perspectiva ao propor um currículo integrado à realidade local,



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

valorizando experiências extraescolares e práticas sociais, em consonância com os princípios da LDB e uma educação plural e democrática (MARANHÃO, 2022).

Nesse contexto, o currículo deve ser entendido como um campo de disputa simbólica e política, no qual se travam lutas por reconhecimento, memória e pertencimento. Como destaca Nilma Lino Gomes (2017), a transformação curricular não ocorre espontaneamente, mas por meio de ações afirmativas e intencionais, capazes de enfrentar o racismo estrutural presente na educação. Ao reconhecer o currículo como instrumento estratégico na promoção da equidade racial, o presente estudo defende a urgência de políticas educacionais que integrem a história e a cultura negra como pilares para a construção de uma escola mais justa, representativa e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização da identidade negra por meio do ensino de História é uma tarefa urgente, profundamente vinculada à promoção da equidade racial e à democratização do conhecimento no ambiente escolar. Esta pesquisa evidenciou que, embora existam marcos legais e diretrizes curriculares que apontam para a inclusão da história e cultura afro-brasileira nas escolas — como a Lei 10.639/03 e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) —, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta obstáculos significativos, principalmente relacionados à resistência institucional, à escassez de formação docente continuada e à ausência de materiais pedagógicos contextualizados.

Um dos principais achados da pesquisa é a constatação de que o currículo, historicamente moldado por uma lógica eurocentrada, contribui para a invisibilização das contribuições africanas e afro-brasileiras, reproduzindo um “racismo epistêmico”, como alerta Kabengele Munanga. Essa exclusão curricular impacta diretamente a construção da identidade de estudantes negros, enfraquecendo seu sentimento de pertencimento e sua autoestima. Em contrapartida, quando o currículo reconhece e valoriza as trajetórias negras, como propõem Nilma Lino Gomes e Beatriz Nascimento, ele se torna uma ferramenta de resistência, libertação e afirmação positiva das identidades.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

No contexto de São Luís do Maranhão, cidade marcada por uma intensa presença afrodescendente e por ricas expressões culturais negras, torna-se ainda mais essencial que o ensino de História dialogue com as realidades locais. A valorização de territórios quilombolas urbanos, manifestações como o tambor de crioula e o Bumba Meu Boi, bem como saberes tradicionais de terreiros, deve compor os conteúdos escolares como parte legítima da formação cidadã.

Outro ponto importante revelado pela análise foi a compreensão do currículo como campo de disputa simbólica. Como destaca Nilma Lino Gomes, transformar o currículo exige ações intencionais e políticas afirmativas. O DCTMA, ao propor múltiplos arranjos pedagógicos e ao reafirmar princípios como o pluralismo de ideias, a liberdade de ensinar e o respeito à diversidade, representa um avanço institucional que pode ser mobilizado por educadores comprometidos com uma prática antirracista.

Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, à produção de materiais didáticos decoloniais e ao fortalecimento da gestão democrática das escolas. A superação do racismo estrutural na educação passa, necessariamente, pela construção de um currículo que reconheça o protagonismo negro na história do Brasil e promova uma educação que liberte, transforme e possibilite o florescimento de subjetividades negras em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394/96**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ministério da Educação**, 2018.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. Educ. Pesqui. vol.30 no.01 São Paulo jan./abr. 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v30n01/v30n01a02.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

MARANHÃO, Governo do Estado, Escola Digna: Caderno de Orientações Pedagógicas – História como componente Curricular / **Secretaria de Estado de Educação**, São Luís, 2019

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental / Maranhão, **Secretaria de Estado da Educação**. — São Luís, 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Documento curricular do território maranhense: Ensino Médio / Maranhão, **Secretaria de Estado da Educação**. — São Luís, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa, **Revista Lusófona de Educação**, v. 40 n. 40, 2018. p.139-153. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. Acesso em: 18 de julho de 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro . Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **REVISTA HISTÓRIA HOJE** , v. 1, p. 29-44, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro: entre o ser e o estar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Beatriz Nascimento: **textos, entrevistas, roteiros**. São Paulo: Ipeafro, 2006.